



Federação Nacional dos Professores

Resolução do Conselho Nacional da FENPROF 17 DE JANEIRO DE 2015

Em defesa da LBSE e dos Estatutos de Carreira, pilares essenciais da Escola Democrática

Por uma escola pública de qualidade, pelo investimento na ciência e no emprego científico, pela valorização dos educadores, professores e investigadores

O ano de 2015 continua a ser marcado pelas políticas de corte e de ataque aos direitos e salários dos trabalhadores, às funções sociais do Estado e aos serviços públicos que as concretizam. O Orçamento do Estado para 2015, imposto pelos partidos da maioria, confirma que os tempos ditos de austeridade não terminaram. Os compromissos com a troika e a sujeição ao tratado orçamental restringem a soberania nacional e são margens de um rumo negativo que tarda em ser alterado.

Subjugado àqueles ditames, o governo, sabendo da impossibilidade de concretizar, até final da Legislatura, a reforma do Estado, está, contudo, a iniciá-la, pretendendo deixar caminho de difícil retorno, orientado no sentido previsto no guião que aprovou. Recorde-se que esta reforma, como explicita o guião, não se destina, apenas, a cortar ou reduzir despesa, mas a alterar o atual modelo que, no caso da Educação, assenta numa escola pública de matriz democrática.

Medidas dessa reforma são, por exemplo, a municipalização com que o governo procura desesperadamente avançar, mas também o alargamento dos contratos de autonomia com as escolas e ainda outras que visam a privatização da educação, com destaque para o já aprovado novo estatuto do ensino privado, as escolas independentes, o cheque-ensino ou o novo tipo de contrato de associação entre o Estado e colégios privados.

No que respeita à Administração Pública em geral, a assumida intenção do governo é continuar a reduzir o número de contratados e, ao mesmo tempo, livrar-se de mais 12.000 trabalhadores, após uma legislatura em que a redução do número de trabalhadores dos quadros ultrapassou os 80.000, ou seja, o dobro do que previa o memorando assinado com a troika. Se o governo tiver condições, 2015 será o ano da primeira grande aplicação da mobilidade especial.

No presente quadro político, prevê-se que 2015 seja mais um ano extremamente difícil para os trabalhadores, embora constitua também uma oportunidade de mudança, cabendo às suas organizações representativas demonstrar que existem políticas alternativas às atuais e aos portugueses tomar a decisão sobre esta matéria.

Para os professores, no imediato, as **prioridades para a ação reivindicativa** são o combate à municipalização da Educação, à privatização do ensino e a defesa do emprego, da estabilidade e da Escola Pública de qualidade.

Há, porém, muitas **outras frentes de luta que aos professores se colocam e são igualmente importantes**: a luta contra a absurda PACC que já afastou milhares de professores dos concursos; a exigência de medidas que confirmam à escola um caráter mais inclusivo; a defesa dos postos de trabalho que o governo pretende eliminar para poder empurrar mais trabalhadores/as para a mobilidade especial e para o desemprego; a luta contra a destruição da ciência (por cortes nas bolsas e contratos dos investigadores, como também no número de centros, com grande concentração de verbas num grupo reduzido); a defesa de um ensino superior público de qualidade, com valorização das suas funções, financiamento adequado e renovação do corpo docente; a aplicação, pelo Estado português, da Diretiva comunitária 1999/70/CE; ou a rejeição de uma rede escolar que não respeita o interesse pedagógico nem a vontade das comunidades educativas.

Importante fator de estabilidade dos professores é o **regime de concursos** que, ao longo da legislatura, foi sendo alterado de forma negativa. A entrada nos quadros passou a corresponder a um processo extraordinário (incluindo no que respeita aos quadros em que é feito o ingresso e à remuneração recebida), a mobilidade deixou de ser anual, salvo em situações excecionais (doença ou ausência de componente letiva), e a contratação tem sido progressivamente remetida para o âmbito da escola, fazendo aumentar os problemas na seleção dos professores, atrasando as colocações e levando ao surgimento de inaceitáveis situações de discricionariedade. A revisão do atual regime de concursos é uma urgente necessidade que, no entanto, o MEC rejeita. A FENPROF já requereu essa revisão, mas da parte do MEC não houve qualquer abertura nesse sentido, pelo que esta exigência se mantém em destaque.

Na ciência, ainda, a somar-se à enorme precariedade do setor (com elevado número de bolseiros quase sem direitos), aumentou imenso o desemprego entre investigadores com elevadas qualificações.

Ligado ao emprego e à estabilidade dos docentes há, também, a **PACC**, sobre a qual a FENPROF e tantas outras entidades e organizações têm vindo a manifestar profundo desacordo e a denunciar os seus verdadeiros intentos: afastar docentes da profissão e satisfazer a teimosia e o orgulho de um ministro que, cada vez mais isolado, não só não resolve problemas anteriores, como cria outros que se constituem em novos focos de perturbação da vida das escolas.

Outra grande preocupação dos docentes, logo da FENPROF, tem a ver com as condições **de trabalho** nas escolas que se têm degradado, progressivamente, com implicações diretas no exercício dos seus profissionais. Os **horários de trabalho** foram manipulados através dos sucessivos despachos de organização do ano letivo, a componente não letiva dos docentes foi preenchida com atividades que deveriam integrar a letiva, o aumento do número de alunos por turma constituiu-se como um dos fatores mais negativos, a burocratização da atividade docente acentuou-se e o desgaste dos profissionais, tanto no plano físico, como psicológico, é muito evidente. Tudo isto piora com o agravamento dos requisitos para a aposentação. Acrescem ainda aos muitos abusos que têm sido cometidos pelo MEC, por exemplo, a imposição de tarefas que não são dos professores, nem das escolas. É o caso do serviço que os professores das escolas públicas têm sido obrigados a prestar a interesses privados, alguns até mesmo ocultos, como acontece com o chamado “exame da Cambridge”, ou, ainda, os que dizem respeito à aplicação da PACC.

Por último, é de registar negativamente muitos outros aspetos que afetam os professores e também o normal funcionamento do sistema no seu conjunto, sendo disso exemplo: a iminente caducidade do **contrato coletivo de trabalho do ensino particular e cooperativo**, face à intenção do patronato em agravar horários de trabalho, desvalorizar carreiras e reduzir salários; o ataque desferido contra os **trabalhadores do Instituto de Segurança Social**, entre os quais se encontram dezenas de docentes, que, no imediato, foram remetidos para a mobilidade especial, com o não confessado intuito de despedir muitos deles; o **atraso na transferência de verbas** para diferentes entidades que, por esse motivo, estão vários meses sem pagar aos

trabalhadores que tutelam, designadamente entidades promotoras de AEC, escolas particulares de educação especial, escolas profissionais, escolas, academias e conservatórios de música. Trata-se de um intolerável abuso que é cometido sobre trabalhadores que, durante meses, trabalham sem receber remuneração. A **não remoção do amianto das escolas** em que já foi identificada a sua presença, é mais um registo negativo, tendo o MEC desrespeitado o novo prazo que o governo impôs a si mesmo para a conclusão do trabalho estabelecido pela Lei n.º 2/2012.

Na legislatura que agora termina, eram dois os **objetivos estratégicos do governo** para a Educação: **alterar a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)**, abrindo portas à privatização, tanto de forma direta (cheque-ensino, por exemplo), como indireta (neste caso, recorrendo à municipalização), e pondo em causa a escola pública de matriz democrática; **alterar profundamente ou mesmo acabar com o ECD**, instrumento fundamental de regulação do exercício profissional. Atribuída a Nuno Crato a missão de concretizar aqueles objetivos, tem ele contado, para isso, com um apoio importante: o do atual Presidente do Conselho Nacional de Educação, o ex-ministro David Justino. Nesse sentido, criou duas comissões específicas no CNE, destinadas a propor alterações àqueles quadros legais, numa inconfessada estratégia de apoio à sua alteração. Não pode ser esquecido que foi durante o mandato de David Justino como ministro de Educação que foi tentada a alteração à LBSE, chegando a ser aprovada na Assembleia da República a Lei de Bases da Educação, depois vetada pelo Presidente da República de então, Jorge Sampaio.

É neste contexto que o Conselho Nacional da FENPROF aprova, como **objetivos estratégicos para a ação sindical específica**, por se tratar de dois pilares vitais à afirmação e consolidação da Escola Pública, a **defesa da Lei de Bases do Sistema Educativo**, considerando que qualquer alteração que lhe seja introduzida deverá ir no sentido de reforçar o seu carácter democrático, e a **defesa dos Estatutos de Carreira** que necessitam, isso sim, de ser cumpridos na íntegra, designadamente no que concerne às progressões na carreira, ao respeito pelo valor estabelecido para os salários e pelos direitos neles consagrados.

Para o curto prazo, a FENPROF estabelece como **objetivos reivindicativos imediatos**:

- A **verdadeira descentralização** do sistema educativo, como alternativa à municipalização, que se rejeita;
- O investimento na **valorização e qualificação da formação de professores** (inicial, contínua e especializada), acompanhado da eliminação da iníqua e absurda PACC;
- O **combate à contínua extinção de postos de trabalho**, processo deliberadamente adotado, visando reduzir o número de professores e investigadores no sistema, provocando desemprego e, pretende o governo, remetendo muitos outros para a mobilidade especial;
- A **revisão da legislação de concursos**, de forma a que os que se realizarão este ano se orientem, de facto, para a estabilidade dos professores e do corpo docente das escolas;
- A anulação do processo de avaliação dos centros de investigação, as garantias de uma avaliação transparente e séria, com conhecimento efetivo da sua atividade, e de um **financiamento adequado às necessidades da ciência e da investigação públicas**;
- O **reforço da contratação de investigadores** de modo a suprir a razia feita nos dois últimos anos;
- A **defesa dos docentes que não puderam concluir os seus doutoramentos no período transitório**, devido à inexistência das condições previstas por incumprimento da parte do Estado, problema com incidência, sobretudo, no ensino superior politécnico, com a consequente reclamação do alargamento do período transitório, bem como a **exigência da aplicação do direito comunitário referente à contratação a termo**;
- A **valorização do exercício profissional da docência no ensino particular e cooperativo**, através de um contrato coletivo de trabalho digno para os professores e educadores que nele exerçam atividade;

- O reconhecimento do elevado grau de desgaste dos profissionais docentes, provocado pelo exercício continuado da sua atividade, sendo, por esse motivo, estabelecidas **normas específicas para o exercício a desenvolver nos últimos anos da carreira** e, ainda que tal se considere exagerado, de imediato e a título transitório, estabelecer que, **atingidos os 40 anos de serviço, serão anuladas quaisquer penalizações decorrentes da idade.**

Visando obter estes objetivos reivindicativos e mantendo sempre um grande envolvimento nas iniciativas e lutas gerais levadas a efeito pelo movimento sindical unitário na sua ação contra o empobrecimento, a exploração e o ataque às funções sociais do Estado, **o Conselho Nacional da FENPROF decide:**

- Promover um **grande debate, com participação internacional, sobre municipalização no dia 28 de fevereiro.** Ainda a este propósito, participar em todos os debates que venham a ser promovidos sobre a matéria e contactar os autarcas durante a realização do Congresso extraordinário da ANMP;

- Convocar **greve a todo o serviço relacionado com a PACC para o período compreendido entre 1 e 28 de fevereiro;**

- Promover uma **tribuna pública sobre a aposentação, em Lisboa, no dia 29 de janeiro,** junto ao MSESS. Nesse mesmo dia, acompanhar nas bancadas da Assembleia da República o debate sobre a petição “*Não permitiremos a destruição da CGA!*”;

- Desenvolver as iniciativas necessárias (institucionais e jurídicas) à **correção e ao ressarcimento dos docentes penalizados por terem sido ilegalmente retirados das listagens de concursos e também à indemnização devida e adequada dos docentes prejudicados pela incompetência do MEC na divulgação das colocações da chamada BCE 1;**

- **Reforçar a ligação,** nomeadamente através de reuniões, **com as entidades e organizações representativas da comunidade educativa;**

- Realizar, em **22 de janeiro, uma concentração junto de MEC de docentes contratados das escolas especializadas de ensino artístico,** públicas, designadamente pela contagem do tempo de serviço e respetiva remuneração a 1 de Setembro de 2014, como é seu direito;

- **Solicitar reuniões às direções partidárias,** reunindo com estas no primeiro trimestre do ano com o objetivo de lhes apresentar as propostas sindicais para a afirmação da Escola Democrática e a valorização da Profissão de Professor;

- **Desenvolver iniciativas que visem esclarecer os professores e investigadores sobre as propostas dos partidos políticos para a próxima legislatura** (debates, conjunto de perguntas para divulgação pública das respostas, entre outras) **e também denunciar responsabilidades pela situação vivida no setor;**

- Manter contactos com outros representantes da comunidade educativa para, se possível, ainda este ano letivo, levar por diante a realização de uma grande **Marcha em Defesa da Escola Pública;**

- Constituir um **grupo de trabalho, com a participação de outras organizações e académicos que contribua para denunciar a perversidade dos rankings de escolas** e avançar com propostas que visem a sua adequada avaliação.